

ALDEIAS E ALDEAMENTOS DE ÍNDIOS

AROLDO DE AZEVEDO

Depois de haver estudado, numa visão de conjunto, os principais embriões de cidades brasileiras e de haver focalizado o caso particular dos arraiais e das corrutelas, o autor volta suas atenções, no presente estudo, para as aldeias e os aldeamentos de índios.

Ao estudar os *embriões* de cidades brasileiras, tivemos oportunidade de acentuar que alguns existem que tiveram extraordinária importância no Brasil colonial, mas que, hoje, embora continuem a existir, representam papel bastante modesto (1). Neste caso encontram-se os *aldeamentos de índios*.

Todavia, antes de focalizá-los e para que melhor possamos compreendê-los, julgamos essencial uma breve referência preliminar às *aldeias de índios*.

I. ALDEIAS DE ÍNDIOS

Embriões de cidades? — Não nos parece possível negar que uma *aldeia de índios*, a exemplo de qualquer outro aglomerado de povos primitivos, constitui um fato geográfico, um dos elementos da paisagem brasileira, um daqueles "fatos de ocupação improdutiva do solo", de que nos fala JEAN BRUNHES. No entanto, em virtude de uma tradição que bem precisa ser revista, tal aspecto não tem merecido as atenções dos geógrafos patricios, sendo considerado um patrimônio exclusivo da Etnologia ou Antropologia Cultural.

Em relação à Geografia Urbana brasileira, muito reduzida é a importância de tais aglomerados, se os considerarmos em seu sentido mais restrito, isto é, o povoado construído pelos próprios índios, com os recursos de sua técnica primitiva e de acordo com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada. De fato, assim entendida, a *aldeia de índios* não pode ser considerada um embrião de cidade, em nosso país.

(1) Azevedo (Aroldo de) — *Embriões de cidades brasileiras*, em "Boletim Paulista de Geografia", n.º 25, São Paulo, março de 1957, pág. 35.

Todavia, o assunto deve merecer nossa atenção porque muitos elementos originais, característicos desses aglomerados indígenas, vêem-se conservados nos *aldeamentos* resultantes da aculturação e organizados sob as vistas dos Missionários catequistas ou dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (S. P. I.). Isto justifica a referência que ora lhes fazemos, se bem que de maneira muito sintética.

Localização das aldeias. — Tudo parece indicar que nossos índios preferem localizar suas aldeias em trechos elevados do terreno. Referindo-se à aldeia *Nalique*, dos Caduveo, GUIDO BOGGIANI acentua que está ela situada “ao pé de uma série de alegres colinas ligeiramente elevadas, sobre um planalto aberto” (2). As aldeias dos Guajajara, no Maranhão, — ensina FRÓES ABREU — ficam “sempre em lugares altos” (3). Tal fato parece constituir uma prática tradicional, porque, de acordo com o depoimento de cronistas do quinhentismo, as aldeias dos Tupi de nosso litoral “eram verdadeiras acrópoles, erigidas em sítios eminentes e arejados, na vizinhança dos rios, rodeados de matas e terras férteis” (4). A preocupação da defesa, um motivo de natureza estratégica, em última análise, justificaria a escolha dos sítios dessas aldeias.

A proximidade de um curso d'água constitui outro elemento característico da posição local desses aglomerados, o que não significa que se ergam às margens dos rios ou ribeirões, como não apareciam na praia, em contato com o mar, no século XVI. As aldeias dos Guajajara, “geralmente nunca estão muito junto ao rio”, porque os índios “sempre as localizam a algumas centenas de metros do curso d'água, num lugar elevado, sobre um planalto, de ordinário a mais de dez metros acima no nível da corrente” (5).

Estrutura das aldeias. — No que se refere à estrutura das aldeias, pode-se encontrar diferenças muito sensíveis. Algumas vezes são caracteristicamente dispersas; é o que acontece com as aldeias dos Guarani de nossos dias, as quais, “longe de constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras abertas na floresta” (6). Do mesmo tipo parece ser a

(2) BOGGIANI (Guido) — *Os Caduveo*, tradução de Amadeu Amaral Júnior, Liv. Martins, São Paulo, 1945, pág. 112.

(3) ABREU (S. Fróes) — *Na Terra das Palmeiras*, Oficina Industrial Gráfica, Rio de Janeiro, 1931, pág. 107.

(4) PINTO (Estêvão) — *Os Indígenas do Nordeste*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1938, tomo II, págs. 161-162.

(5) ABREU (S. Fróes) — Obra citada, pág. 107.

(6) SCHADEN (Egon) — *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*, tese de concurso à livre-docência de Antropologia da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1954, pág. 37.

aldeia do *Tuiuú*, dos Guaicurú do Nambileque, em Mato Grosso; de acôrdo com o depoimento de EMÍLIO RIVASSEAU: "... a aldeia se reduzia ao que chamei o *rancho* de Joãozinho e, a uma dezena de metros dela, há um outro rancho, um *ranchão*, quatro e cinco vêzes maior, um verdadeiro falanstério", completando-se por "mais outros ranchos muito pequenos, espécie de paióis" (7).

Quando, porém, tais aldeias apresentam-se como um todo orgânico, dois *planos* costumam ser preferidos: o retangular e o circular. As aldeias dos Tupí quinhentistas tinham suas habitações, cujo número variava de quatro a dez, "dispostas em tórno de um pátio (*ocara*), geralmente quadrado, o qual, na expressão de um autor, representava o forum destinado às atividades religiosas e sociais do grupo" (8). Todavia, a forma circular parece ser a predominante nos dias atuais: encontrámo-la entre índios da Amazônia (9), entre os Borôro matogrossenses (10), entre os Xavantes do rio das Mortes (11) ou entre os Guajajara e Canela do Maranhão (12).

Se bem que, na aldeia do *Bananal*, dos Guajajara, as habitações apareçam "espalhadas sem nenhuma regra de simetria, com manguieiras, bananeiras, mamoeiros e cajueiros, dispersos pelos espaços entre elas", a maioria apresenta o plano circular, tendo as "casas dispostas em círculo, com uma área central limpa de mato" — de acôrdo com o testemunho de FRÓES ABREU.

A primeira aldeia Xavante, vista e fotografada de avião, surgiu, aos olhos dos jornalistas que a observaram, numa área descampada, sendo constituída por "dezenove malocas enormes, dispostas em semi-círculo" e tendo ao centro um terreno limpo e capinado, atravessado por uma porção de pequenas trilhas, que divergiam do ponto central em direção às habitações e destas para a floresta próxima.

A aldeia do *Ponto*, situada a cêrca de 100 km ao sul da cidade de Barra do Corda (Maranhão), não longe de um dos esporões da Chapada das Alpercatas e construída pelos índios Canela, constituiu um magnífico exemplo dessa estrutura circular. "Tem 31 casas, dispostas em círculo, em tórno da praça central — *Kââ*, cujo chão, sempre limpo, é o lugar das dansas e reuniões. De cada casa —

(7) RIVASSEAU (Emílio) — *A vida dos Índios Guaycurús*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1941, pág. 76.

(8) PINTO (Estêvão) — Obra citada, pág. 163.

(9) RICE (A. Hamilton) — *Exploration en Guyane Brésilienne*, Paris, 1937.

(10) COLBACCHINI (Padre Antônio) e ALBISSETTI (Padre César) — *Os Bororós Orientais* (Orarimogodogue do Planalto Oriental de Mato Grosso), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1942, págs. 33 a 35; BALDUS (Herbert) — *Ensaio de Etnologia Brasileira*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, pág. 279; e RIBEIRO (Luís Sabóia) — *Caçadores de Diamantes*, Epasa, Rio de Janeiro, 1945, pág. 251.

(11) NASSER (David) e MANZÓN (Jean) — *Mergulho na Aventura*, Emp. Gráfica "O Cruzeiro", S.A., Rio de Janeiro, 1945, pág. 318.

(12) ABREU (S. Fróes) — Obra citada, págs. 107 e 167-168.

iklé, parte um caminho limpo de mato até o pátio central, de modo que a aldeia, vista do alto, tem o aspecto dum grande círculo com 31 raios" — informa FRÓES ABREU.

Já a aldeia dos Orarimogodogue ou Borôro Orientais, estudada pelos padres COLBACCHINI e ALBISETTI, apresenta uma curiosa complexidade de fundo totêmico. Guardando seu plano circular e sendo constituída por 22 cabanas (*baidogue*), vê-se dividida em dois semi-círculos, cujo diâmetro segue a direção Oeste-Leste: na porção voltada para o Norte, erguem-se 10 habitações, pertencentes ao clã dos Exeráe; ao passo que, no setôr meridional, encontram-se 12 habitações, pertencentes ao clã dos Tugaregue. No centro da aldeia, aparece o pátio central — o *borôro*, onde se ergue uma cabana bastante maior — o *baimannaguegguen*, que representa o papel de traço de união entre os habitantes: ali ficam os homens, durante o dia, a preparar arcos, flechas e ornamentos; ali dormem os índios solteiros; ali se realizam as festas, as dansas e as principais manifestações da vida religiosa.

Resta-nos lembrar um outro característico das aldeias indígenas, bastante comum entre os Tupí do quinhentismo, embora em desuso nos grupos atuais: as cercas ou paliçadas — as *caçaras* dos Tamôios —, construídas de varas ou troncos finos, às vezes em duplo alinhamento (13), o que dava à aldeia um aspecto de rústica fortificação. O sistema oferecia vantagens em face da precariedade dos meios de ataque da época, sendo imediatamente adotado pelos portugueses, tanto nas feitorias como nas próprias vilas do século XVI.

II. ALDEAMENTOS DE ÍNDIOS

Entretanto, são os *aldeamentos de índios*, de origem religiosa ou leiga, que maior interesse oferecem aos estudiosos da Geografia Urbana brasileira. Tal expressão tem sido empregada, em nosso país, exclusivamente nesse sentido (14); serve para distinguir tais aglomerados "criados", daqueles outros, tipicamente "espontâneos".

A obra de urbanização dos Missionários. — Não cometemos nenhum exagero ao referir-nos a uma obra de *urbanização*, realizada pelos Missionários religiosos como, também, pelo Serviço de Proteção aos Índios. Constatamos simplesmente um fato, de que nossa História está cheia de exemplos.

(13) PINTO (Estêvão) — Obra citada, págs. 166-167.

(14) Cf. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Comp. Editora Nacional, São Paulo; FREIRE (Laudelino) — *Dicionário da Língua Portuguesa*, "A Noite", S.A. Editora, Rio de Janeiro; e AULETE (Caldas) — *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Editora Delta, Rio de Janeiro.

Exatamente há quatro séculos teve início, no Brasil, essa obra urbanizadora dos Missionários da Igreja de Roma; e por quase igual período ela se prolongou, encontrando-se ainda hoje em plena vitalidade. Nesses quatrocentos anos, porém, registraram-se muitas alterações, quer no ritmo e na intensidade da tarefa evangelizadora, quer no que concerne às Ordens Religiosas que a ela se dedicaram.

O lugar ocupado pelos Jesuítas, nesse particular, pode ser classificado, sem a menor dúvida, como excepcional (15). Dentro das diretrizes emanadas do próprio Rei de Portugal — que, no Regimento dado ao governador Tomé de Souza considerava como “grande inconveniente os gentios, que se tornarem cristãos, morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles” (16) —, e, naturalmente, procurando cumprir o programa traçado por Inácio de Loyola, o primeiro Provincial da Companhia de Jesus, no Brasil — o padre Manuel da Nóbrega compreendeu, desde logo, que, para cristianizar e trazer os índios para nossa civilização, era preciso reuní-los e aldeá-los (17). SERAFIM LEITE considera o ano de 1550 como o das primeiras tentativas em tal sentido. Daí por diante, num lapso de tempo não inferior a 200 anos, semearam os Jesuítas um número incontável de aldeamentos por todo o atual território brasileiro; se não fizemos distinção entre a obra realizada pelos Jesuítas portugueses e a levada a efeito pelos Jesuítas espanhóis (o que, dentro do ponto de vista em que aqui nos colocamos, parece-nos perfeitamente justificado), pode-se afirmar que não houve região brasileira, nem mesmo nenhum dos atuais Estados, que não houvesse conhecido a presença desses criadores de aldeamentos.

No período colonial, os aldeamentos de índios distinguiam-se em três tipos: 1. as *Aldeias do Colégio*; 2. as *Aldeias de El-Rei*; 3. as *Aldeias* propriamente ditas ou *Missões*. Os dois primeiros tipos instalavam-se nas vizinhanças das cidades e das vilas, congregando os índios livres, uma vez que os índios escravizados ou “resgatados” ficavam a serviço de quem os comprava. Já as *Missões* encontravam-se afastadas dos aglomerados urbanos, isoladas em pleno sertão (18), ficando sua administração exclusivamente entregue aos religiosos.

A obra de fixação do povoamento foi, em pontos vários, interrompida, muitas vezes de maneira violenta: no Noroeste do atual

(15) Consulte-se, sobre o assunto, especialmente: LEITE (Padre Serafim) — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Liv. Portugália, Lisboa, 1938, vols. I, II, III e IV; MADUREIRA (Padre J. M. de) — *A liberdade dos índios e a Companhia de Jesus*, tomo especial da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Rio de Janeiro, 1927; ABREU (J. Capistrano de) — *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, ed. Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1934.

(16) LEITE (Padre Serafim) — Obra citada, vol. II, pág. 43.

(17) MADUREIRA (Padre J. M. de) — Obra citada, pág. 247.

(18) LEITE (Padre Serafim) — Obra citada, vol. IV, págs. 97-98.

Paraná, em São Paulo, no Maranhão; e veio a cessar por completo, em 1759, quando se deu a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, sob o governo de Dom José I e por inspiração do Marquês de Pombal.

Todavia, outros Missionários contribuíram, a partir do século XVII, para a mesma obra e, após a expulsão dos Jesuítas, permaneceram no país a semear outros embriões de cidades: os *Franciscanos* de Santo Antônio, os *Carmelitas*, os *Mercedários*, os *Capuchinhos*, etc. Não há termo de comparação, porém, entre o que conseguiu realizar a Companhia de Jesus e o realizado por qualquer de tais Ordens religiosas. Não queremos nos referir, naturalmente, ao zelo apostólico e aos inenarráveis sacrifícios, comparáveis ou mesmo idênticos tanto em relação a uns como aos outros. Desejamos ressaltar principalmente dois aspectos, que são os que apresentam maior interesse para o geógrafo: o número de aldeamentos criados e a área abrangida pela ação missionária. Com efeito, nenhuma das Ordens atrás citadas pode ombrear-se com a Companhia de Jesus em qualquer desses aspectos. No que se refere ao número de aldeamentos, apenas os Carmelitas se destacam no período colonial, embora longe estivessem de se aproximar dos Jesuítas; quanto à área abrangida por sua atividade, caracterizaram-se tôdas elas por um âmbito exclusivamente regional, sem que jamais apresentassem o caráter de universalidade, dentro das fronteiras brasileiras, que é possível se constatar na obra dos Inacianos.

Durante cerca de um século — que se estende desde fins do setecentismo até à segunda metade do oitocentismo —, registrou-se um período de estagnação e, mesmo, de decadência nessa ação missionária.

Os aldeamentos foram abandonados pelos Missionários e entregues a seu próprio destino. Suas igrejas (outrora cheias de vida e de movimento) transformaram-se em ruínas. Sua população, às voltas com a pobreza dos solos e praticando modestas culturas de subsistência, quando não lançada aos azares da pesca, passou a viver uma existência mais ou menos parasitária. Diante desse quadro melancólico, PIERRE DEFFONTAINES deplora o fracasso registrado em relação a muitos aldeamentos, porque — observa — “esses primeiros agrupamentos de evangelização poderiam ter dado ao Brasil uma rede de pequenas aglomerações e constituir para o país o que as paróquias forneceram à antiga França, esses nódulos religiosos, capazes de servir de base a um tipo de povoamento” (19).

No entanto, um sangue novo foi injetado nessa grande obra, graças ao renascimento da política missionária, fortemente encorajada pela Santa Sé, a partir do século XIX. Retornaram ao

(19) DEFFONTAINES (Pierre) — *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades*, em “Boletim Geográfico”, n.º 14, Rio de Janeiro, maio de 1944, págs. 142-143.

Brasil os *Capuchinhos* (1842), que passaram a exercer sua atividade missionária notadamente no atual Estado do Rio de Janeiro e nos confins orientais de Minas Gerais. Vieram os *Dominicanos*, que escolheram por área de ação o Estado de Goiás e as vizinhas lindes do Pará, onde se fixaram na última década do século passado. Chegaram os *Salesianos*, que se foram fixar nas selvas da Amazônia e no centro-leste de Mato Grosso, já em pleno século XX. Retornaram, enfim, às suas atividades missionárias os *Franciscanos*, escolhendo como campo de ação o Centro-Oeste e a Amazônia (20).

A obra de urbanização do S. P. I. — Paralelamente a essa atividade dos Missionários, vem-se fazendo sentir a ação do *Serviço de Proteção aos Índios*, repartição federal subordinada ao Ministério da Agricultura, em funcionamento desde o ano de 1910. Trata-se de uma das muitas criações daquele que já foi considerado o último representante dos Livingstone e dos Stanley — o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, e seu objetivo preliminar consistiu em pôr fim às lutas entre índios e civilizados, assim como assegurar a sobrevivência da população indígena. Naquela época, os Coroados criavam sérios obstáculos à construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no extremo noroeste do Planalto paulista; os Aimoré punham em polvorosa o vale do rio Doce; e os Botocudo do território de Palmas, área então litigiosa entre o Paraná e Santa Catarina, vinham sendo exterminados por “bugreiros” profissionais.

Dentro do famoso lema de Rondon — “Morrer, se preciso fôr; matar, nunca” —, o S. P. I. criou uma centena de Postos Indígenas (P. I.), que se espalham por 14 de nossos Estados e por 3 dos territórios federais, “trabalhando nas regiões de mais difícil acesso, em meio à Floresta Amazônica ou no Pantanal matogrossense, no planalto do Brasil Central ou nos ervaais do Sul, na caatinga nordestina como na orla atlântica” (21).

Pontos de vista que se chocam. — Ambos, Missionários católicos e Serviço de Proteção aos Índios, procuram cuidar da instrução e da educação dos índios, como também orientar e incre-

(20) A respeito da obra urbanizadora dos Missionários no Brasil, convém consultar, além das já citadas: ARAUJO (Monsenhor Pizarro e) — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (1820), reedição do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro; CASAL (Aires de) — *Corografia Brasileira*, reedição facsimilar do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro; PALAZZOLO (P. Frei Jacinto de) — *Nas selvas dos vales do Mucuri e do rio Doce*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1954; MASSA (Monsenhor Pedro) — *Pelo Rio Mar*, Rio de Janeiro, 1937; PRAT (Frei André) — *Notas Históricas sobre as Missões Carmelitas no extremo norte do Brasil*, Recife, 1941; RÖWER (Frei Basílio) — *A Ordem Franciscana no Brasil*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1947.

(21) Veja S.P.I., publicação da Serviço de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro, 1953

mentar suas atividades econômicas. Mas, seus pontos de vista têm-se chocado, muitas vezes. Os responsáveis pelo S. P. I. acusam certos Missionários, especialmente os Salesianos (e alguns etnólogos endossam tal acusação), pelo fato de contribuírem seriamente para a desorganização social e conseqüente aniquilamento dos grupos indígenas: forçariam aqueles catequistas a introdução de novos tipos de habitação e de nova estrutura para os aldeamentos.

Não nos cabe dizer com quem se acha a razão, mórmente porque não possuímos elementos suficientes para um julgamento. Contudo, mesmo que admitamos como verdadeira aquela acusação, quer nos parecer que o fato não apresenta tamanha gravidade, a não ser para os etnólogos, que vêm cada vez mais diminuído seu campo de ação, à medida que nossa civilização amplia seu domínio geográfico. Os exemplos que nossa História apresenta são mais do que convincentes, a êsse propósito; nos antigos aldeamentos de índios, transformados depois em vilas e cidades, não teria havido o mesmo choque de culturas e o mesmo fenômeno de aculturação?

Os aldeamentos da Amazônia. — A maioria dos aglomerados urbanos da Amazônia brasileira deve suas origens a aldeamentos de índios. Essa atividade urbanizadora teve início no século XVII e prossegue ainda em nossos dias.

Em meados do século XVIII, chegaram a existir 63 Missões em terras amazônicas, congregando cêrca de 60 000 índios e assim distribuídas (22):

	MISSÕES
Jesuitas	19
Carmelitas	15
Piedosos	10
Franciscanos	9
Capuchinhos	7
Mercedários	3

Muitas cidades de hoje, sedes de municípios, nasceram como aldeamentos de índios: *Barcelos*, antiga Nossa Senhora da Conceição de Mariuá, vila em 1757, chegou a ser a capital da Capitania do Rio Negro; *Moura*, antiga Santa Rita de Cássia de Itarendáua; *São Gabriel*, antiga São Gabriel da Cachoeira; *Itacoatiara*, antiga Abacaxis; *Faro*, antiga Jamundá; *Gurupá*, antiga Mariocai; *Monte Alegre*, antiga Gurupatuba; *Almeirim*, antiga Parú; *Bragança*, antiga Vila Souza de Caeté; *São Paulo de Olivença*; etc. E, assim, inúmeras vilas e povoados.

(22) Cf. CORRÊA FILHO (Virgílio) — *Evolução cultural e religiosa*, em "Amazônia Brasileira", ed. Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1944.

A êsse propósito, cumpre registrar a violenta lusitanização da toponímia amazônica, com a substituição dos nomes indígenas, sobretudo na década de 1750-60. Chega-se a ter a sensação de que o pequenino Portugal foi transferido para a imensa Amazônia... Além de alguns exemplos atrás citados, poderíamos lembrar ainda: *Alter do Chão* (Borari), *Obidos* (Pauxis), *Esposende* (Tuaré), *Arraiolos* (Guarimucú), *Portel* (Arucara), *Melgaço* (Guaricurú), *Oeiras* (Araticú), *Colares* (Cabú), *Viveiros* (Mortiguara), *Sousel* (Aricari), *Pombal* (Piravirú), *Pôrto de Moz* (Maturú), *Vigia* (Uruitá), *Chaves* (Aruás), *Tomar* (Bararoá), e muitos outros.

LA CONDAMINE, que percorreu a Amazônia em 1743, encantou-se diante dos aldeamentos de índios, sobretudo pela "aparência de bem-estar que, ao primeiro olhar, distingue as Missões portuguesas das castelhanas do alto Maranhão" (23). Em *São Paulo de Olivença*, aldeamento criado pelos Carmelitas, teve êle uma das mais agradáveis surpresas de sua movimentada viagem:

"Em São Paulo, começamos a vêr, em lugar de cabanas, casas e igrejas, capelas e presbitérios de alvenaria, de barro e de tijolos, e muros muito limpos e brancos. Tivemos ainda a agradável surpresa de vêr, no âmago destes desertos, camisas de linho da Bretanha em tôdas as índias, cofres com fechaduras e chave de ferro em suas casas, agulhas, espelhos, facas, tesouras, pentes e tantos outros artigos da Europa, que os indígenas adquirem no Pará (Belém), nas viagens que para lá fazem todos os anos, a fim de levar o cacáu nativo, colhido nas margens do rio." (24)

Elevada à categoria de vila em 1759, êsse antigo aldeamento de índios foi, por muito tempo, considerado o mais importante aglomerado do rio Solimões. Entretanto, quando por lá passou o DR. SPIX, era uma localidade assolada pelas febres e fôra ofuscada por Tabatinga, embora ainda existissem algumas casas de dois pavimentos, por entre as choças dos indígenas (25). É que, a partir de fins do século XVIII, tivera início o grande hiato na atividade missionária, que na Amazônia prolongou-se por mais de cem anos.

(23) CONDAMINE (Charles Marie de La) — *Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional*, tradução de Aristide d'Ávila, ed. Cultura, São Paulo, 1944, pág. 60.

(24) CONDAMINE (Ch. Marie de La) — Obra citada, págs. 59-60.

(25) SPIX (J. B. von) e MARTIUS (C. F. P. von) — *Viagem pelo Brasil*, tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. III, págs. 289 e 297.

Nos derradeiros anos do século passado, com efeito, iniciaram os *Dominicanos* sua ação no vale do Araguaia, em cuja margem esquerda, nos confins sul-orientais do Pará, veio a surgir *Conceição do Araguaia*, que, já em 1932, tinha cêrca de 1 000 habitantes (26).

A partir de 1915, também os *Salesianos* entregaram-se à mesma grande tarefa, atuando na bacia do alto rio Negro e no vale médio do Madeira. Em 1931, tinham conseguido aldear 3 546 índios e mantinham contato com 2 779 índios não-aldeados; um de seus aldeamentos — o de *Taracua-Ponta* possuía 18 casas, que se distribuíam ao longo de uma larga rua, no fim da qual se abria uma praça ajardinada (27).

Por sua vez, o *Serviço de Proteção aos Índios* levou até lá sua ação, espalhando 25 Postos Indígenas, do Amapá até Rondônia. a saber (28):

	P. I.
Amazonas	9
Pará	8
Rondônia	4
Rio Branco	2
Amapá	2

No *Amazonas*, existem Postos Indígenas nos municípios de Barcelos, São Gabriel, São Paulo de Olivença, Lábrea, Itacoatiara, Barreirinha e Uruará. No *Pará*, em Baião, Altamira, Itaituba, Conceição do Araguaia, Vizeu e Ourém. Os de *Rondônia* localizam-se em Guajará-Mirim e Alto-Madeira. Os do *Rio Branco*, em Boa Vista e no rio Jauáperi. E os do *Amapá*, em Clevelândia.

Os aldeamentos do Nordeste. — Nos séculos XVII e XVIII, intensa foi a atividade missionária dos *Jesuítas* em terras nordestinas, de maneira particular no Maranhão e no Ceará.

Remontam a essa época muitos aldeamentos, que hoje se apresentam como cidades e vilas: *Cavias*, antiga Aldeias Altas; *Viana*, antiga Maracú; *Monção*, antiga São Francisco Xavier do Carará; *Tutóia*, antiga Nossa Senhora da Conceição; *São José do Ribamar*, antiga São José — tôdas no Maranhão; *Baturité*, antiga Paiaçús; *Crato*, antiga Miranda; *Messejana*, antiga Paupina; *Soure*, antiga Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia; *São Gonçalo do Amarante*, *Viçosa do Ceará*, *Aquirás*, *Arronches*, *Porangaba*, *Missão Velha* (antiga Cariris Novos) — tôdas no Ceará; *São José do Mipibú*, antiga São José — no Rio Grande do Norte; *Alhandra*, antiga

(26) SILVA (Hermano Ribeiro da) — *Nos Sertões do Araguaia*, Ed. Cultura Brasileira, São Paulo, 1935, págs. 195-196.

(27) Cf. MASSA (Monsenhor Pedro) — *Pelo Rio Mar*.

(28) Cf. S.P.I.

Uratauauaí; *Campina Grande*, antiga Paupina; *Mamanguape*, antiga Preguiça; *Vila do Conde*, antiga Jacoca — tôdas na Paraíba; e *Palmeira dos Índios* — em Alagôas.

Aos frades *Capuchinhos* devem os maranhenses a fundação de *Barra do Corda*, surgida no século XIX às margens do rio Mearim, em pleno sertão.

O *Serviço de Proteção aos Índios* — a quem coube a pacificação dos índios Urubú, localizados na chamada Amazônia Maranhense — mantém 10 Postos Indígenas, na Região Nordeste, assim distribuídos:

	P. I.
Maranhão	4
Pernambuco	3
Alagôas	2
Paraíba	1

Os postos do *Maranhão* localizam-se nos municípios de Barra do Corda, Grajaú e Monção. Os de *Pernambuco*, em Águas Belas, Petrolândia e Floresta. Os de *Alagôas*, em Pôrto Real do Colégio e Palmeira dos Índios. E o da *Paraíba* em Mamanguape (29).

Os aldeamentos da Região Leste. — Na chamada Região Leste, no decorrer do período colonial, fizeram-se sentir as atividades missionárias de muitas Ordens religiosas, embora três delas se houvessem, sobremaneira, destacado: a dos *Jesuítas*, a dos *Carmelitas* e a dos *Capuchinhos*. A elas devemos a fixação do povoamento em toda a fachada atlântica, de Sergipe às terras fluminenses, como também em pleno sertão da Bahia.

Oriundas de antigos aldeamentos de índios são, entre outras, as seguintes cidades e vilas: na Bahia — *Abrantes* (antiga Espírito Santo de Nova Abrantes), *Cairú* (antiga Nossa Senhora do Rosário), *Camamu* (antiga Nossa Senhora da Assunção), *Caraiíva* (antiga Trancoso), *Carinhanha*, *Caravelas*, *Conde*, *Itacaré* (antiga Barra do Rio de Contas), *Itapicurú* (antiga Itapicurú de Cima), *Jacobina* (antiga Bom Jesus), *Jaguaripe*, *Jeremoabo*, *Juazeiro* (antiga Nossa Senhora das Brotas), *Maraú*, *Nilo Peçanha* (antiga Boipeba), *Olivença* e *Prado*; no Espírito Santo — *Anchieta* (antiga Reritiba), *Guaraparí* e *Nova Almeida*; no Estado do Rio de Janeiro — *Itaguaí*, *Itaocara*, *Macaé*, *Mangaratiba*, *Marquês de Valença* (antiga Nossa Senhora da Glória), *Niterói* (antiga São Lourenço), *Santo Antônio de Pádua*, *São Fidelis* (antiga São

(29) A respeito dos aldeamentos religiosos e leigos do Nordeste, veja, especialmente: PIRRO (Estêvão) — *Etnologia Brasileira* (Fulniô, os últimos Tapúias), Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1956, págs. 39-69.

Fidelis de Sigmaringa), *São Pedro da Aldeia*, etc. (30); e em Minas Gerais — *Guidoval* e *Itambacuri*.

SAINT-HILAIRE deixou-nos melancólica descrição de um aldeamento semi-abandonado — o de *Periqui-açu* ou *Destacamento*, quando visitou o Espírito Santo, no primeiro quartel do século XIX. Suas 63 habitações, construídas muito próximas umas das outras, cercavam uma praça retangular; eram casas de barro, sem caiação, cobertas com palha, que serviam de abrigo a índios civilizados, em extrema penúria, pois traziam sobre o corpo simples andrajos (31).

Dos aldeamentos atrás citados, alguns foram fundados no século passado, constituindo hoje os aglomerados urbanos de *Barão de Valença*, *Santo Antônio de Pádua* e *Itaocara*, em terras fluminenses; e *Itambacuri*, em Minas Gerais, nos confins setentrionais da bacia do rio Doce.

Itambacuri constitui expressivo exemplo de como o aldeamento de índios, se bem que organizado há menos de cem anos, pode transformar-se num centro urbano, da mesma forma que os aldeamentos da época colonial. Deve-se sua fundação aos frades Capuchinhos, que ali iniciaram sua tarefa em 1873, em plena floresta de áspera região montanhosa, onde se encontram as cabeceiras do rio São Mateus e de rios pertencentes às bacias do Mucuri e do Doce. Tal como no seiscentismo ou no setecentismo, penosa e sangrenta foi a obra realizada por aqueles Missionários. Todavia, a vitória foi completa: *Itambacuri* passou a ser, em 1924, sede de município e, desde 1949, é sede de comarca (32); em sua área municipal viviam, em 1950, cerca de 60 000 habitantes.

A par disso, o *Serviço de Proteção aos Índios* conseguiu pacificar os índios Aimoré, do vale do rio Doce, ao mesmo tempo que mantém na região 6 Postos Indígenas, a saber:

	P. I.
Bahia	4
Minas Gerais	2

Na *Bahia*, os Postos Indígenas localizam-se nos municípios de Itabuna, Ribeira de Pombal e Santa Antônio da Glória; ao passo que, em *Minas Gerais*, encontram-se em Águas Formosas e Resplendor.

(30) Veja: SILVA (Joaquim Norberto de Souza) — *Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro*, em "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil", 3.ª série, n.º 14, 2.º trimestre de 1854.

(31) SAINT-HILAIRE (Auguste de) — *Segunda Viagem ao Interior do Brasil* — *Espírito Santo* (1818), tradução de Carlos Madeira, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1936, pág. 219.

(32) Cf. PALAZZOLO (Frei Jacinto de) — *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*, 2.ª edição, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1954.

Os aldeamentos da Região Sul. — No Planalto Meridional brasileiro, em terras drenadas pelos rios Paraná e Uruguai, realizaram os *Jesuítas* sua mais notável obra de urbanização, somente ultrapassada pela que vieram a construir em terras do atual Paraguai.

A grande tarefa teve início na segunda metade do quinhentismo, em duas áreas diversas, seguindo direções diferentes e obedecendo a métodos também diversos. No Planalto Paulista, os Jesuítas portugueses levaram a efeito a mais modesta de suas obras, se bem que fosse a mais prolongada e duradoura. Depois de construir a pequena Capela, numa das faces da praça quadrangular, faziam com que, em seu derredor, viessem a se agrupar as habitações de seus catecúmenos, disciplinando suas atividades (33). Foi assim que nasceu a própria vila de *São Paulo*, uma vez que, em suas origens, nada mais possuía do que o paupérrimo rancho do Colégio, à sombra do qual viviam os índios aliados; como também outros aglomerados urbanos de nossos dias: *Itapeçerica da Serra*, *Embú* (antiga Mboy), *Carapicuíba*, *Barueri*, *Santana de Parnaíba*, *Guarulhos* (antiga Nossa Senhora da Conceição), *Itaquaquecetuba*, *Escada*, *Quehuiz* (antiga São João Batista), etc., além daqueles que hoje fazem parte do município da Capital — *São Miguel Paulista* e *Pinheiros*. No litoral paulista, teve existência duradoura o aldeamento de São João Batista da Praia de Peruíbe, no atual município de *Itanhaém*, e o aldeamento de São João Batista, em *Canaã* (34).

Mais notável, porém, foi o que os Jesuítas espanhóis realizaram na bacia do médio rio Paraná e no atual território do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir do século XVII, onde ergueram as famosas *reduções* — “o chamado Estado Jesuítico ou República Jesuítica dos Índios”, que — no dizer do Padre MADUREIRA — foi “a melhor obra de cristianização e de civilização, que serviu de exemplo à Companhia em outras regiões” (35).

Em terras atualmente paranaenses, na região conhecida pelo nome de Guairá, fundaram no quinhentismo dois centros de catequese: *Ciudad Real*, no Piquerí, próximo ao salto das Sete Quedas; e *Vila Rica*, no Ivaí. Logo a seguir, já no seiscentismo, outros núcleos vieram a surgir: *Nossa Senhora de Loreto* e *San Ignacio*, ambos no vale do Paranapanema, além de mais onze espalhadas nos vales do Tibají, do Ivaí, do Corumbataí e do Iguazú. Em

(33) Consulte-se, a propósito: MORAES (Rubens Borba de) — *Contribuição para a história do povoamento de São Paulo até fins do século XVIII*, em “Geografia”, I, n.º 1, São Paulo, 1935, págs. 78-79; e DEFFONTAINES (Pierre) — *Como se constituíram no Brasil a rede de cidades*, em “Boletim Geográfico”, n.º 14, págs. 142-143.

(34) Cf. *Aldeamentos de Índios (1721-1804)*, em “Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”, vols. V, VII e VIII, São Paulo, 1945-48.

(35) MADUREIRA (Padre) — Obra citada, pág. 260.

1620, cêrca de 100 000 índios encontravam-se aldeados, sob a direção dos Jesuitas espanhóis, em terras do Guairá. Poucos anos depois, no entanto, tudo isso veio a desaparecer, graças à violenta ação dos Bandeirantes paulistas, predadores de índios (36).

Ao mesmo tempo, outras Reduções foram estabelecidas no atual território gaúcho — 10 entre os rios Ijuí e Ibicuí, no Planalto das Missões (médio Uruguai), e mais 6 na região de Tapes, não longe da lagôa dos Patos. Foram exatamente estas as mais duradouras, pois delas resultaram os famosos *Sete Povos das Missões*, definitivamente integrados em nosso território no alvorecer do século XIX. AIRES DE CASAL os enumera, citando sua população na época da conquista (37):

	HABITANTES
São Miguel	1 900
São João Batista	1 600
São Lourenço	960
Santo Ângelo	1 960
São Luís Gonzaga	2 350
São Nicoláu	3 940
São Francisco de Borja	1 300

Em 1814, essa população de cêrca de 14 000 pessoas estava reduzida a 7 951, pouco mais da metade, concentrando-se particularmente em São Francisco de Borja (1 918), São Nicoláu (1 855) e São Luís Gonzaga — de acôrdo com os informes do VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (38). São Miguel, sede da administração jesuítica, fôra incendiada pelos próprios habitantes, em 1756, à aproximação das tropas portuguesas; dessa redução restaram somente as ruínas de sua igreja, em que ainda hoje podem ser admiradas “as proporções enormes que teve o templo, só comparável às grandes catedrais da velha Europa” (39).

Os valiosos depoimentos pessoais do padre ANTÔNIO SEPP (40) e as descrições feitas pelo VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (41) dão-nos uma idéia exata do que seriam tais reduções, construídas dentro do plano quadrangular, da preferência dos espanhóis. “Cada uma

(36) Cf. MADUREIRA (Padre) — Obra citada, pág. 260; ABREU (Capistrano de) — *Capítulos de História Colonial*, págs. 113 a 116; MARTINS (Romário) — *História do Paraná*, 2.ª edição, Ed. Rumo Ltda., São Paulo, 1939, cap. III.

(37) CASAL (Padre Manuel Aires de) — *Covografia Brasílica*, ed. Cultura, São Paulo, 1943, tomo I, pág. 122.

(38) SÃO LEOPOLDO (Visconde de) — *Anais da Província de São Pedro*, ed. Instituto Nacional do Livro, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946, pág. 203.

(39) COSTA (Alfredo R. da) — *O Rio Grande do Sul*, Livraria do Globo, Porto Alegre, 1922, vol. I, pág. 18.

(40) SEPP (Padre Antônio) — *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, tradução de A. Reymundo Schneider, Livraria Martins, São Paulo, 1943, págs. 119 e 208.

(41) SÃO LEOPOLDO (Visconde de) — Obra citada, págs. 200-201.

das Reduções — depõe, por sua vez, AIRES DE CASAL — era uma considerável ou grande vila; e tôdas por um mesmo risco com ruas direitas e encruzadas em ângulos retos; as casas geralmente térreas, cobertas de telha, branqueadas, e com varandas pelos lados para preservarem do calor e da chuva; de sorte que, vendo-se uma, se forma idéia verdadeira das outras” (42).

Algumas se transformaram em cidades de certa importância, como *Santo Angelo*, *São Borja* e *São Luís Gonzaga*; outras permaneceram como modestos aglomerados urbanos — *São Nicolau*, *São Miguel das Missões*, *São Lourenço das Missões*.

Uma vez cessada essa admirável obra urbanizadora dos Missionários e decorridos mais de cem anos, o *Serviço de Proteção aos Índios* iniciou sua tarefa, conseguindo pacificar e aldear os Caingang, fixados no Oeste paulista e no centro-norte do Paraná, como também os Botocudo, localizados no vale do Itajaí, em Santa Catarina. Na Região Sul, foram instalados nada menos de 21 Postos Indígenas, assim distribuídos:

	P. I.
Paraná	11
São Paulo	4
Rio Grande do Sul	4
Santa Catarina	2

No *Paraná*, os Postos Indígenas se localizam nos municípios de Bandeirantes, Araíporanga, Tibají, Reserva, Pitanga, Palmas, Iguacú, Londrina, Mangueirinha e Guarapuava. Os de *São Paulo* encontram-se principalmente no Planalto Ocidental (Tupã, Penápolis e Avaí), embora exista um no litoral — o de Itanhaém. Os do *Rio Grande do Sul* situam-se na região setentrional, no vale do alto-médio Uruguai: Lagôa Vermelha, Getúlio Vargas, Sarandí e Palmeiras. E os de *Santa Catarina*, em Xapencó e Ibirama.

HERBERT BALDUS dá-nos uma idéia de um desses aldeamentos criados pelo S.P.I. — o *Toldo de Lontras*, de índios Caingang, no município de Palmas (Paraná): “... consiste em simples casinhas de tábuas, agrupadas ao redor de uma praça retangular. Num dos lados de menos extensão da praça, ergue-se uma cabana maior — a igreja” (43). Em nada difere das povoações de não-índios, existentes nos arredores, e absolutamente não pode nem de longe ser comparado com qualquer das Reduções dos séculos XVII e XVIII, pelo menos se admitirmos como exatas as descrições dos autores atrás citados.

(42) CASAL (Aires de) — Obra citada, tomo I, pág. 108.

(43) BALDUS (Herbert) — *Ensaios de Etnologia Brasileira*, Comp. Editora Nacional, São Paulo, 1937, págs. 277-278.

Os aldeamentos da Região Centro-Oeste. — Os primeiros aldeamentos de índios surgiram no século XVIII, em terras de Goiás, por iniciativa das próprias autoridades, a fim de permitir que os mineradores do ouro pudessem trabalhar mais tranquilamente. Por muito pouco tempo, alguns deles ficaram sob a administração dos *Jesuitas*. Dessa atividade resultaram, pelo menos, duas cidades goianas: *Dianópolis*, antiga São José do Duro, e *Pedro Afonso*.

Visitando a capitania de Goiás no primeiro quartel do século XIX, POHL conseguiu organizar uma relação de tais aldeamentos; São José de Mossâmedes, Maria, Rio das Pedras, Piçarrão, Rio das Velhas, Lanhoso, Nova Beira, Duro, Formiga, Carretão de Pedro III, etc. (44). O aldeamento de *São José de Mossâmedes*, fundado em 1755, formava um quadrilátero de ângulos irregulares e continha uma igreja simples mas espaçosa, edifícios assobradados e cabanas construídas pelos próprios índios Caiapó; encontrava-se em franca decadência e vivia numa atmosfera de insegurança e terror, quando por lá passou viajante e naturalista austríaco (45). Já o aldeamento do *Carretão de Pedro III*, criado em 1784 e situado a 22 léguas da atual cidade de Goiás, apresentava melhor aspecto: "De um lado — informa o viajante — está o grande e sólido engenho de açúcar, o moinho de milho e, enfileiradas uma ao lado da outra, as moradas baixas do administrador e dos soldados. Do outro lado do rio Carretão se acham as instalações dos índios, cêrca de trinta barracas de barro cobertas de ervas, formando uma rua" (46).

A obra de urbanização dos Missionários foi retomada nos derradeiros anos do século passado, quando os *Dominicanos* passaram a agir no vale do Araguaia. Já em nosso século, os *Salesianos* chamaram a si a tarefa de catequisar e aldear os índios de Mato Grosso, particularmente os Borôro da região centro-oriental daquele Estado.

BALDUS refere-se a dois aldeamentos organizados pelos Salesianos, no Mato Grosso central: *Sangradouro*, onde existe uma fileira de pequenas casas de tijolos, destinadas aos índios, junto à casa dos padres; e *Merurí*, em que se conservou, em parte, a estrutura tradicional da primitiva aldeia Borôro, embora sua forma seja retangular (47).

(44) POHL (João Emanuel) — *Viagem no Interior do Brasil*, tradução e edição do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1951, vol. I, pág. 349.

(45) POHL (João Emanuel) — Obra citada, vol. I, págs. 360-361.

(46) POHL (João Emanuel) — Obra citada, vol. II, pág. 34.

(47) BALDUS (Herbert) — Obra citada, pág. 278.

Como é de se esperar, maior destaque apresenta a obra realizada pelo *Serviço de Proteção aos Índios*, sobretudo pela extensa área que abrange. O número de Postos Indígenas eleva-se a 31, assim distribuídos:

	P. I.
Mato Grosso	23
Goiás	8

Os de *Mato Grosso* se localizam nos municípios de Ponta Porã, Dourados, Miranda, União, Nioac, Aquidauana, Araguaiana, Le-verger, Cuiabá, Barra do Bugres, Mato Grosso, Diamantino e Ro-sário Oeste. Os de *Goiás* acham-se situados nos municípios de Pedro Afonso, Goiás e Boa Vista.

Além da pacificação dos Xavante e de parte dos Caiapó, o S.P.I. teve a satisfação de vêr dois de seus aldeamentos elevados à categoria de povoados: *Antônio Estigarríbia*, de índios Craó, no município de Pedro Afonso, no vale do rio Manuel Alves Grande (Goiás); e *Getúlio Vargas*, de índios Carajá, na ilha do Bananal, município de Goiás. Se não nos enganamos, são êstes os primeiros aldeamentos do S.P.I. que atingem a etapa inicial da evolução de um centro urbano, entre nós.

III. CONCLUSÃO

Repete-se o ensinamento da História. — De tudo quanto acabamos de registrar, um fato ressalta, digno de destaque: ao contrário do que pode parecer ao observador menos avisado, assistimos em nossos dias ao mesmo espetáculo desenrolado através de todo o período colonial, isto é, aldeamentos de índios que são verdadeiros *embriões* de cidades, transformando-se, com o passar do tempo, em povoados, vilas e cidades.

O êrro é perfeitamente justificável, tendo-se em vista a desproporção entre os três séculos coloniais e as poucas dezenas de anos da nova fase civilizadora dos gentios; o avultado número de vilas e cidades, nascidas de velhos aldeamentos, sobrepuja e ofusca os modestos exemplos registrados nos últimos cem anos. Todavia, os casos já citados — particularmente Itambacurí e Conceição do Araguaia, falam de maneira bastante eloquente e dissipam quaisquer dúvidas a respeito.

Tal constatação não significa, porém, que admitamos uma absoluta identidade entre o passado e o presente. Quer nos parecer que, em relação aos atuais aldeamentos de índios, de caráter religioso ou leigo, existe um isolamento maior, uma falta de contato

mais sensível com as populações não-índias, salvo poucas exceções. Ora, na época colonial, via de regra, o que se verificou foi a absorção completa dos índios aldeados, através da miscigenação espontânea, quando não francamente estimulada pelo poder público. Bem conhecido é o decreto de 1775, em que o monarca português declarava "que os meus vassallos d'Este Reino e d'América que casarem com as índias delas não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de Minha real atenção; e nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aqueles lugares e ocupações que couberem na graduação de suas pessoas; e seus filhos e descendentes serão hábéis e capazes de qualquer emprêgo, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma" (48).

Por isso mesmo, é muito natural que o fenômeno da urbanização dos atuais aldeamentos de índios se processe mais lentamente e em menor escala, comparado com o que se registrou no Brasil colonial.

(48) ABREU (Capistrano de) — *Capítulos de História Colonial*, pág. 185.